

20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## Moro aponta “prática serial de crimes” e ordena prisão de Eduardo Cunha

Ex-deputado foi detido pela PF em Brasília e transferido para Curitiba. No despacho, juiz disse que prisão visa evitar obstrução e possível fuga do peemedebista

SÃO PAULO E CURITIBA

Da Redação, com agências

Eduardo Cunha é conduzido ao jato da Polícia Federal: político foi preso no processo das contas secretas na Suíça.

● O político mais poderoso da República nos últimos dois anos está agora em uma cela da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados há 37 dias, o ex-presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi preso preventivamente ontem, por determinação do juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância.

Moro acatou solicitação da força-tarefa de Curitiba e autorizou a prisão argumentando “risco à ordem pública e à instrução do processo” e o “caráter serial dos crimes” supostamente cometidos pelo ex-deputado. A prisão, segundo o magistrado, tem o efeito de “impedir ou dificultar novas condutas de ocultação e dissimulação do produto do crime”, além de “prevenir que o acusado se refugie no exterior”.

A decisão foi tomada em ação na qual Cunha é acusado de receber mais de US\$ 1,5 milhão de propina por contrato da Petrobras em Benin, na África, e ocultar o dinheiro em contas secretas na Suíça.

Responsável por abrir e levar adiante o pedido de impeachment da petista Dilma Rousseff, o peemedebista foi considerado um dos presidentes da Câmara mais influentes desde a redemocratização. Por causa de ameaças veladas de aderir a uma delação premiada, sua prisão foi recebida com apreensão no mundo político

Ela espalhou temor do Palácio do Planalto, onde estão alojados hoje antigos aliados do PMDB — inclusive o presidente Michel Temer —, ao Congresso, onde mantinha uma ampla rede de apoio e influência. Já o PT comemorou, mas também avaliou que a decisão enfraquece o discurso de que Moro é seletivo e prende apenas os envolvidos ligados ao PT. No Facebook, o deputado cassado chamou de “absurda” a decisão.

Cunha foi avisado previamente de sua prisão, em Brasília, ainda pela manhã. Conforme pessoa próxima ao peemedebista, ele recebeu um telefonema da mulher, Cláudia Cruz, informando que a PF estivera em sua casa no Rio para cumprir mandados de busca e de prisão. Por volta das 13 horas, quando policiais chegaram ao apartamento funcional em Brasília, que o ex-congressista desocupava aos poucos desde a perda do mandato, ele já os aguardava de terno e gravata.

Ele teve tempo de preparar uma nota sobre a decisão de Moro e de acionar seus advogados. O peemedebista desceu com os policiais para a garagem, no subsolo, onde entrou numa viatura, rumo ao Aeroporto de Brasília e, em seguida, para Curitiba.

CONTINUA

# 20 OUT 2016

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### ACUSAÇÕES

Veja processos e investigações que pesam contra Eduardo Cunha na Lava Jato:

Acusação	Descrição	Situação
 <b>Contas na Suíça</b>	Recebimento de R\$ 5,2 milhões para viabilizar a aquisição de um campo de petróleo em Benin (África), pela Petrobras, em 2011. A propina teria abastecido contas secretas na Suíça.	<b>Virou réu no STF</b> , por unanimidade, em junho. Em setembro, logo após a cassação do mandato de Cunha, o ministro Teori Zavascki, do STF, remeteu a ação ao juiz Sergio Moro.
 <b>Navios-sonda</b>	Recebimento de US\$ 5 milhões resultantes de contratos entre Petrobras, Samsung e Mitsui. Cunha é acusado de atuar para viabilizar a propina a políticos ao pedir investigações sobre os pagadores na Câmara.	<b>É réu na ação</b> , acolhida por unanimidade pelo STF em março e remetida em setembro ao Tribunal Regional Federal da 2.ª região, no Rio de Janeiro.
 <b>Caixa Econômica/Porto Maravilha</b>	Corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o Fundo de Investimentos do FGTS entre 2011 e 2015. Segundo o delator Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa, Cunha cobrava comissões sobre os investimentos feitos pelo Fundo.	<b>Denunciado pela Procuradoria-Geral da Justiça</b> em julho. O caso foi enviado por Teori Zavascki à primeira instância da Justiça Federal no Distrito Federal.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

#### OUTRO LADO

##### Para defesa, prisão de Cunha é surpreendente

João Guilherme Frey

● Em sua chegada à sede da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, Eduardo Cunha foi levado pelos agentes da PF por uma entrada alternativa do prédio e assim evitou contato com a imprensa e com os cerca de 15 manifestantes que protes-

tavam no local. Na sede da PF, o advogado de Cunha, Ticiano Figueiredo, disse que o ex-deputado está "sereno" e que em momento algum cogitou fugir. Segundo ele, Cunha foi detido enquanto preparava sua mudança, já que ele deve desocupar o apartamento funcional até o fim da semana. O advogado questionou a prisão – a qual considerou surpreendente – já que, segundo ele, não há nenhum

fato novo que a justifique. "O pedido de prisão ficou no Supremo [Tribunal Federal] por mais de quatro meses e o Supremo não decidiu, o que significa que não havia elementos para prender, porque um pedido de prisão é uma coisa urgente." "É a famosa política que está se criando no país de prender antes de trânsito em julgado. Vamos combater da melhor maneira", disse.

### CONTINUA

# Possível delação faz Brasília "tremar"

Nos bastidores, especula-se que Eduardo Cunha teria informações que podem comprometer pelo menos 160 deputados federais, um ministro e outras autoridades

Fernando Martins, com agências

● Pouco mais de dois anos e meio após seu início, a Lava Jato colocou atrás das grades aquele que, até agora, é o político mais graduado a ser preso pela operação: o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O impacto da prisão foi imediato. Brasília tremeu diante da possibilidade de Cunha vir a fechar um acordo de delação premiada.

Nos bastidores, especula-se que o peemedebista teria informações que podem comprometer pelo menos 160 deputados federais, um ministro e outras autoridades. "Claro que é um fato que assusta e deixa todos preocupados", disse o líder do PTB, Jovair Arantes (GO), antigo aliado de Cunha. "Quem teme é que tem que se preocupar."

Cunha sempre negou a possibilidade de firmar um termo de colaboração premiada com a Lava Jato. "Só faz delação quem é criminoso. Eu não sou criminoso, não tenho delação", disse. Mas aliados do peemedebista avaliam que, após ser preso, ele pode abrir a boca.

Um dos principais amigos de Cunha, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força Sindical, disse que o ex-deputado pode optar pela delação agora que está preso. "Uma coisa é o Eduardo Cunha fora da cadeia, outra é o Eduardo Cunha na cadeia. Pode ter a possibilidade [de delação]. Quantos foram presos [pela Lava Jato], diziam que não iam fazer delação e depois falaram", disse.

## Ameaças?

Parlamentares não se esquecem das palavras de Cunha, em setembro, na sessão da Câmara em que ele teve o mandato cassado: "hoje sou eu, amanhã vai ser qualquer um de vocês". A percepção foi de que se tratava de uma ameaça de retaliação. Cunha teria intermediado doações eleitorais suspeitas de empresas para mais de cem deputados.

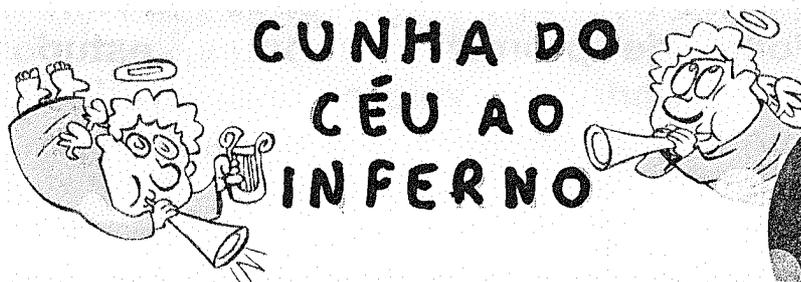
O peemedebista negou publicamente tanto a ameaça quanto ter arrecadado dinheiro suspeito para campanhas de outros deputados.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* publicada em 9 de setembro, argumentou que só fez uma constatação a partir de seu processo de cassação na Casa. "Falam que fiz ameaça quando disse que mais de 160 parlamentares estão sob investigação, com inquérito, processo. Se eles forem julgados [num processo de cassação] pelo texto da acusação, não vai sobrar ninguém", afirmou Cunha.

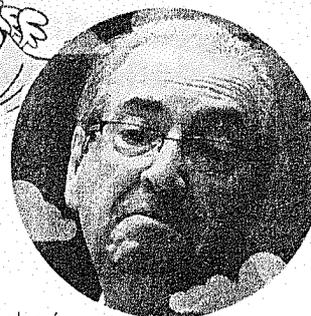
Membros do Conselho de Ética da Câmara pregaram que o peemedebista faça delação. "Se ele tem algo a revelar, acho bom que o faça. É preciso tirar de debaixo do tapete muita coisa que estava escondida", disse o deputado Marcos Rogério (DEM-RO), que foi relator do processo de cassação de Cunha.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) defendeu que Cunha colabore com a Justiça não para reduzir sua pena, mas para contribuir com o país. "A delação é uma colaboração que ele dá para a sociedade", afirmou.

CONTINUA



## CUNHA DO CÉU AO INFERNO



### Presidência da Câmara

Eleito presidente da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2015, vencendo o candidato da ex-presidente Dilma Rousseff.

### Processo no Conselho de Ética

Aberto processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética em novembro de 2015. Sete meses depois, o parecer pela cassação foi aprovado.

### Denúncia ao STF

Em março de 2016, Cunha vira réu da Lava Jato no STF, acusado de receber US\$ 5 milhões de propina por contratos de navios-sonda da Petrobras.

### Afastamento do mandato

Afastado da presidência da Câmara e do mandato de deputado por decisão do STF, em maio. O deputado estaria usando o cargo para obstruir as investigações.

### Segunda denúncia

Em junho, STF aceita segunda denúncia contra ele. Acusação é de que dinheiro desviado da Petrobras de negócio na África abasteceu contas secretas na Suíça.

### Cassação

Em 12 de setembro, plenário da Câmara aprova cassação de Cunha por mentir sobre contas na Suíça. Foram 450 votos favoráveis, dez contra e nove abstenções.

### Cunha na Lava Jato

Citado na Lava Jato por delatores do esquema, Cunha é acusado de receber propina por contratos da Petrobras em contas no exterior. Em março de 2015, em depoimento voluntário na CPI da Petrobras, Cunha negou ter contas no exterior. Meses depois, o Ministério Público da Suíça revelou o dinheiro que ele tem no país e que não estava declarado à Receita Federal.

### Abertura do processo de impeachment

Paralelo ao processo no Conselho de Ética, Cunha dá início ao processo de impeachment da então presidente **Dilma Rousseff**.



### Votação do impeachment

Sob o comando de Cunha, Câmara aprova impeachment de Dilma, em abril deste ano. Foi a última vitória do peemedebista.

### Esposa de Eduardo Cunha vira ré

Justiça aceita denúncia contra **Claudia Cruz**, mulher de Cunha por lavagem de dinheiro e evasão de divisas.



### Renúncia à presidência

Pressionado por aliados, renuncia à presidência da Câmara dos Deputados.

### Fim do foro privilegiado

Com o fim do foro privilegiado, o processo no STF das contas secretas foi remetido ao juiz **Sergio Moro**, da 13ª Vara Federal de Curitiba.



**CONTINUA**

20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Prisão preventiva

Cunha é preso preventivamente, por prazo indefinido, por ordem do juiz Moro, que determina ainda o bloqueio de R\$ 220,6 milhões do ex-deputado.



Fonte: Redação. Ilustrações: Benett. Infografia: Gazeta do Povo.

## SEM MANIFESTAÇÕES

A Câmara sentiu o baque da prisão de Cunha. Paralisou todas suas atividades. A sessão foi suspensa depois que o quórum caiu, e todas as comissões pararam de funcionar. Coube ao deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) anunciar ao plenário a prisão. Não houve manifestações – nem contra nem a favor.

## EUFORIA NA INTERNET

A reação da internet à prisão de Cunha foi eufórica. O nome do ex-deputado figurou entre os assuntos mais comentados no Twitter no mundo. “Cunha” chegou ao topo, com mais de 200 mil tuítes sobre o assunto – a maioria de comemoração. As redes sociais também foram invadidas por “memes” e gozações sobre a prisão do peemedebista.

20 OUT 2016

GAZETA DO POVO

# Caso Cunha deixa Lula mais perto de prisão

Juristas afirmam que ex-presidente pode ser preso em breve. Para isso, basta que ele dê o mínimo motivo, como manter contato com alguma testemunha

*Kamila Mendes Martins*

● O que antes era mera especulação sobre se e quando o juiz federal Sergio Moro decretaria a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acaba de ganhar um forte empurrão. A prisão do ex-deputado Eduardo Cunha revela que Lula pode estar mais perto de passar uns dias em Curitiba.

Segundo o jurista e professor de Direito Penal Luiz Flavio Gomes, a prisão do ex-presidente pode acontecer a qualquer momento, para isso basta que Lula dê o mínimo motivo, como apenas conversar com testemunhas de ações na qual é réu. "O risco é alto. Eu diria que há 99% de chances de Lula ser preso antes do fim dos processos nos quais é réu."

Outro que acredita que "a porta foi aberta" para que Lula seja preso é o professor de Direito Constitucional Dirceo Torrecillas Ramos. Para ele, com a prisão de Cunha, a do petista está cada vez mais perto. "Antes poderiam questionar a prisão do Lula, justamente com o argumento de perseguição, poderiam questionar por que outros políticos de ou-

tros partidos não eram presos. Com a prisão de Cunha, esse argumento caiu."

Torrecillas Ramos, assim como Gomes, ressalta que basta um motivo para que o ex-presidente seja preso. "Lula se manifesta bastante, fala que estão cometendo um golpe contra ele, que é perseguido. E isso mexe com testemunhas, interfere no clamor popular, de certa maneira incita o povo contra a Justiça. Como vários empresários já estão presos até por problemas menores, essa prisão do Cunha passa a ser um elemento que justifica a prisão do Lula, sim", diz Torrecillas.

## Condenação

Mas o advogado criminal Daniel Bialski tem posição diversa. Segundo ele, no caso de Lula não se pode querer antecipar algo que só pode vir futuramente com o julgamento final da ação penal. "A prisão que seria cabível no caso do Lula seria somente após a condenação em primeira e em segunda instância. E isso somente se o regime não for o aberto", explica o advogado, que ressalta: "Ainda que entendamos que há muita prova contra o Lula, ele é inocente até o processo acabar".

## Quatro motivos levaram ex-deputado à prisão em Curitiba

● O juiz Sergio Moro decretou a prisão preventiva do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

A decisão do magistrado é fundamentada pelos quatro motivos elencados no Código de Processo Penal (CPP) para tal, que são: a garantia da ordem pública ou da ordem econômica; por conveniência da instrução criminal; para assegurar a aplicação da lei penal; quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

O professor de direito da Escola da Magistratura Federal do Paraná Marcelo Lebre explica que a justificativa da garantia da ordem econômica para a prisão normalmente ocorre em crime contra o sistema financeiro, contra lavagem de capitais. "Essa prisão obsta o abalo à ordem econômica", diz. Já a conveniência da instrução criminal é usada quando há o risco de o réu destruir provas ou tentar comprar ou ameaçar testemunhas. O terceiro motivo, que é para assegurar a futura aplicação da lei penal, é invocado, normalmente, quando há suspeita de que o réu vai fugir do país.

O advogado criminal Daniel Bialski critica a prisão de Cunha neste momento da ação penal. Segundo ele, como os fatos mencionados por Moro em sua decisão ocorreram há algum tempo, a prisão seria desnecessária.

## Cunha, prisão e narrativa

20 OUT 2016

“E o Cunha?” A pergunta era repetida à exaustão Brasil a fora a cada nova etapa da Operação Lava Jato. Não faltou quem a dirigisse explicitamente ao juiz federal Sergio Moro e ao procurador Deltan Dallagnol mesmo enquanto Eduardo Cunha ainda era deputado — detentor, portanto, de foro privilegiado, caso em que sua denúncia precisaria ser (e foi) oferecida ao Supremo Tribunal Federal (e não a Moro) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot (e não por Dallagnol). Pois Moro, ao ter a chance de dar uma resposta à questão que não queria calar, não perdeu tempo: menos de uma semana depois de dar sequência à ação penal contra o ex-deputado, determinou a prisão de Cunha, acusado de receber propina no petrolão e de ocultar os bens usando contas no exterior.

Em 14 de setembro — dois dias depois da cassação de Cunha —, o ministro do STF Teori Zavascki determinou o envio do processo à Justiça Federal em Curitiba, devido à perda do foro privilegiado. A publicação do

acórdão só ocorreu em 5 de outubro; no dia 13, Moro deu sequência ao processo na primeira instância e, na segunda-feira passada, dia 17, intimou Cunha, que teria dez dias para apresentar sua defesa após receber a intimação. Mas Moro viu a necessidade de mandar prender o ex-deputado antes que expirasse o prazo.

Em seu despacho, Moro alegou que Cunha, mesmo tendo perdido o mandato, ainda conservava poder e influência suficientes para obstruir a investigação e intimidar testemunhas, além de haver risco de fuga do ex-deputado, pois nem todos os seus recursos no exterior teriam sido rastreados, havendo a possibilidade de ele conseguir se manter fora do país com dinheiro ainda

não descoberto pelas autoridades brasileiras ou estrangeiras — Cunha tem cidadania italiana, o que facilitaria muito sua eventual vida de foragido. Todos esses fatores são justificativas para a prisão preventiva, solicitada pelo Ministério Público Federal e concedida por Moro.

Mais uma vez fica evidente o contraste entre Curitiba e Brasília, pois Janot havia usado argumentos muito semelhantes para pedir a prisão de Cunha quando ele ainda era deputado, mas o pedido passou meses na gaveta de Zavascki sem ser apreciado, o que já foi ressaltado pela defesa de Cunha como prova de que não haveria motivos sólidos para a prisão. A obstrução da Lava Jato, no entanto, foi invocada por Zavascki — e a alegação foi aceita pelo plenário do STF — quando Cunha teve seu mandato de deputado suspenso e foi afastado da presidência da Câmara, no início de maio deste ano. De fato, os métodos nada republicanos de Cunha eram amplamente conhecidos; a intimidação e a chantagem foram algumas das armas com que ele conseguiu protelar ao máximo o andamento do seu processo de cassação.

**CONTINUA**

20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

E a discussão sobre a existência de fundamentos para a prisão preventiva de Cunha extrapola o campo jurídico, pois tem seus efeitos sobre a distorção da realidade promovida pelo petismo militante. Por mais popular que fosse a narrativa segundo a qual a Lava Jato age de forma seletiva, caçando apenas os petistas e deixando impunes os políticos de outros partidos, apenas uma desconexão muito grande com os fatos justificaria esse raciocínio. Primeiro, porque os presos, acusados e condenados não são apenas membros do PT; segundo, porque, dado que o esquema tem no PT o seu grande protagonista e executor, seria mais que natural ver muitos petistas entre os encarcerados com a Justiça. E os mesmos que até ontem viviam cobrando a prisão de Cunha, alegando que o fato de ele seguir livre seria prova da parcialidade da Lava Jato, não mudaram de opinião agora que seu desejo se tornou realidade. Pelo contrário: quase que imediatamente passou a correr a versão segundo a qual Moro só mandou prender Cunha para poder fazer o mesmo em breve com Lula — ou seja, o juiz teria cometido uma arbitrariedade só para poder cometer outra logo em seguida sem ser visto como “seletivo”. Definitivamente, é muita vontade de passar ridículo em público.

20 OUT 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## Lava Jato vira cartão postal em Curitiba

**C**om a prisão de Eduardo Cunha, ontem, e sua transferência para Curitiba, deve aumentar o interesse dos turistas, e dos próprios curitibanos, pelo "Tour Lava Jato" criado pela agência de turismo Special Paraná. Com três horas de duração, o circuito leva os visitantes até a Procuradoria da República, local onde funciona a força-tarefa do MPF; à Justiça Federal, sede da 13ª Vara Federal Criminal, onde o juiz Sergio Moro dá expediente; à Polícia Federal (onde Cunha está preso temporariamente) e ao Complexo Médico-Penal de Pinhais. Há ainda uma parada opcional no Museu Oscar Niemeyer, onde é possível ver a exposição "Sob a Guarda do MON", composta por 26 obras apreendidas.

## COLUNA DO LEITOR

### Prisão de Cunha 1

Finalmente Eduardo Cunha foi preso, o que nos leva à reflexão, depois de tanto "e o Cunha?", de que o discurso político polarizado deveria acabar. A única polarização que existe é entre pessoas que defendem com unhas e dentes os seus bandidos de estimação e as que não defendem. Essa história de mortadelas e coxinhas já deu. O Brasil precisa que coloquemos todos os bandidos fora da política, independentemente de seu viés ideológico. Enquanto nós brigamos, eles riem, usando nosso dinheiro dos impostos em proveito próprio. Quando eles perceberem que o povo é forte, nunca mais vão colocar a mão na cumbuca.

**Luiz C. Pielak**

### PRISÃO DE CUNHA 2

Ufa! Viram como o Brasil tem jeito? Agora paremos de "atletiba partidário" e façamos a nossa parte.

**José Luiz David Souto**

20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## Justiça suspende execução do estado contra o Atlético

Governo cobra cerca de R\$ 226 milhões do clube por dívidas na obra do estádio, mas juiz entende que primeiro é preciso definir a divisão dos custos da obra

● O Atlético obteve uma vitória na disputa judicial envolvendo a responsabilidade de pagamento pela reforma da Arena da Baixada visando a Copa do Mundo de 2014.

Em decisão judicial revelada nesta quarta-feira (19), através de embargos à execução na 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, o juiz Guilherme de Paula Rezende suspendeu a execução financeira feita contra o clube. O governo do Paraná cobra R\$ 226.149.669,81 do Furacão, quantia oriunda de empréstimos realizados justamente para as obras do remodelado Joaquim Américo.

O magistrado levou em consideração para a decisão o ponto central da discussão: o valor do estádio e quanto cada ente deve pagar pelo acordo tripartite. Ou seja, enquanto não se definir em definitivo o custo da reforma da Arena e como os gastos serão divididos, o Rubro-Negro não pode ser executado pelo poder público.

O Furacão entende, desde o início, que a divisão com prefeitura e estado leve em conta a cifra de R\$ 354 milhões e não somente o orçamento original, de R\$ 184 milhões. O estado até sinalizou positivamente, mas a Prefeitura de Curitiba — também envolvida no custeio do estádio por meio do potencial construtivo (título virtual que permite a construção de imóveis com metragem acima do previsto por lei) — não aprovou.

“No caso em espécie, a suspensão da execução se justifica no vultoso valor do alegado débito, correspondente a mais de duzentos milhões de reais em julho/2015. Ademais, sustenta o embargante ter havido prévia composição quanto à divisão equitativa dos custos relativos às obras no Estádio Joaquim Américo para a Copa 2014, ajuste esse supostamente passado entre ele, Estado do Paraná e Município de Curitiba (...). Caso acolhida tal tese, excesso de execução restaria evidenciado. Daí a justificativa para ativar se suspender o curso da execução, evitando-se, ao menos por ora, a prática de atos de expropriação”, avaliou o magistrado.

A penhora da Arena segue como garantia de pagamento, conforme a mesma sentença. O juiz diz que o estádio traz segurança à causa, “pois vê-se que o bem foi avaliado em R\$ 634.950.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta mil reais), em agosto/2016. Garantida, portanto, a execução.”

Procurado pela reportagem, o advogado do Atlético, Luiz Fernando Pereira, não quis se manifestar sobre o processo (0007816-78.2015.8.16.0004), mas confirmou que seguem as conversas para um acordo com o poder público.

A Fomento Paraná, órgão estadual responsável pela cobrança ao Atlético, não quis comentar.

20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

● MORTES NO EVANGÉLICO

## MP entrega alegações finais no caso Virgínia

Diego Ribeiro

● Uma das mais importantes etapas no processo em que a equipe da médica Virgínia Soares de Souza responde por abreviar sete vidas na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba terminou na segunda-feira (17). O Ministério Público do Paraná entregou as alegações finais à 2.ª Vara do Júri de Curitiba e pediu a pronúncia por homicídio doloso duplamente qualificado e formação de quadrilha de cinco dos sete acusados.

“Agente entende que todas as acusações foram comprovadas. Pela comprovação da perícia, análise científica, depoimentos de testemunhas mostram isso”, diz a promotora Fernanda Nagl Garcez. Os episódios suspeitos vieram à tona em 2013.

Se a Justiça pronunciar os réus, o júri popular pode ser marcado. Mesmo assim, as partes poderão ingressar com recursos contra ou a favor da decisão final do magistrado de primeiro grau. Agora, porém, as defesas têm 20 dias para protocolar suas alegações finais assim que forem notificadas dos prazos.

Os promotores pediram a impronúncia de uma fisioterapeuta e um enfermeiro por não haver indícios suficientes.

“Kit morte”

Segundo as alegações do MP acessadas com exclusividade pela **Gazeta do Povo**, a instrução do processo conseguiu, em tese, mostrar que, sob a liderança da médica Virgínia, a equipe aplicava medicamentos bloqueadores neuromusculares, conjugados com fármacos anestésicos, que levavam pacientes naquele estado à morte. Esse grupo de medicamentos foi chamado de “kit morte” nas alegações finais.

**Outrolado**

O advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, afirmou que as alegações finais provaram apenas que sete pessoas morreram nas UTIs. “Morrer não é crime. Crime é matar e disso não há prova sobre quem, quando e como [alguém foi morto]. Não há prova da existência de um único fato criminoso.”

20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

## PMs podem ir à Justiça se reajuste for suspenso

**C**aso a Assembleia Legislativa venha a aprovar o projeto de Beto Richa que suspende reajustes para o funcionalismo público, o presidente da Amai (Associação de Defesa dos Policiais Militares), coronel Elizeo Furquim, promete ser o primeiro a entrar com ação contra o governo. A proposta é inconstitucional e já há precedente julgado pelo Supremo, que determinou ao estado de Tocantins o cumprimento de lei prevendo aumentos, diz Furquim.

Ontem foi dia de festa na Amai, comemorando 25 anos de existência e vitória obtida em mais de uma centena de ações judiciais em favor de direitos dos policiais militares. A PM não entra em greve, mas observa à prudente distância a paralisação da Polícia Civil, como se vê no apelo: "Vamos ter paciência, pois os flagrantes serão mais demorados." É ponto final.

## Estados vão devolver ICMS arrecadado por substituição tributária

● Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pode criar mais um problema para os caixas combatidos dos estados. O STF decidiu que as empresas têm direito à restituição do imposto pago quando o recolhimento pelo sistema de substituição tributária é feito sobre uma base de cálculo maior do que o preço

real da mercadoria. No sistema de substituição, os estados arbitram um valor para as mercadorias e aplicam as alíquotas de ICMS no início da cadeia produtiva. Essa antecipação do imposto reduz a sonegação e eleva a arrecadação. O problema é que em muitos casos os valores arbitrados superam os preços reais das mercadorias. Pelo entendimento do tribunal, se o produto for vendido ao consumidor por um preço menor do que o presumido pelo fornecedor, o contribuinte tem o direito de receber a diferença de volta em forma de crédito tributário.

20 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Auditor da Receita nega crimes de lavagem de dinheiro

Ex-delegado do Fisco  
em Londrina e alvo  
da Publicano 3,  
José Luiz Favoreto Pereira  
rebateu acusação do MP  
em interrogatório ao juiz  
Juliano Nanuncio



**CONTINUA**

*O promotor Jorge Barreto da Costa considerou as declarações de Favoreto "normais" e que não descaracterizam os fatos descritos na denúncia do MP*

## CONTINUAÇÃO

Loriane Comeli

Reportagem Local

O principal alvo da Operação Publicano 3, o auditor José Luiz Favoreto Pereira, ex-delegado da Receita Estadual de Londrina, negou ontem, em interrogatório perante o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nannuncio, todos os 25 crimes de lavagem de dinheiro de que é acusado pelo Ministério Público (MP). Réu em todos os cinco processos criminais da Publicano, Favoreto também responde por crimes sexuais. O dinheiro lavado seria oriundo de corrupção e teria servido para a compra de imóveis, veículos e até uma lotérica, somando mais de R\$ 6 milhões. A cobrança de propina para permitir que empresários sonegassem tributos estaduais é o objeto da Operação Publicano, deflagrada em março de 2015 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), e que envolve, além de Favoreto, outros 72 auditores da delegacia de Londrina e da cúpula em Curitiba.

Durante o interrogatório, que durou duas horas e meia, Favoreto disse desconhecer completamente 23 fatos que se referem a lavagem de dinheiro por meio da empresa PF&PJ, registrada em nome de seu irmão, Antonio Pereira Júnior, e da cunhada, Leila Raimundo, mas, que segundo o MP, seria, de fato, de Favoreto. "Esse fato quem pode esclarecer é meu irmão, que é o dono da PF&PJ", afirmou reiteradamente sobre os fatos envolvendo a PF&PJ. Pereira Júnior e Leila devem ser ouvido em 31 de janeiro, em Curitiba, onde residem.

A negativa de propriedade da PF&PJ também foi a versão apresentada por Favoreto na Publicano 1, quando foi interrogado em abril deste ano. Agora, ele voltou a dizer que não sabe qual o objeto social da empresa do irmão, qual o endereço e se tem funcionários. "É como alguém dizer para mim que sou o dono das Lojas Americanas. Como vou poder me defender?"

Dando plausibilidade à versão, disse que seu irmão e o auditor Luiz Antonio de Souza, principal delator e também réu no processo, mantinham negócios, mas que ignorava completamente o conteúdo de tais tratativas; disse que Souza chamava seu irmão pelo apelido de "Gordo". Alguns dos fatos narrados na denúncia se referem à suposta lavagem de R\$ 1,7 milhão por meio de empresas de Carlos Eduardo de Souza e administradas por João Roberto de Souza. Este último confirmou em juízo que, com aval do primeiro e tendo como interlocutor Luiz Antonio de Souza, depositou na conta da PF&PJ todos os valores descritos na denúncia.

O auditor também reclamou da imprensa, afirmando que "já fui condenado pela mídia" e chamou de mentirosas as afirmativas de pessoas cujos depoimentos afrontam sua versão. Uma delas foi o empresário Sarquis Sâmara, que, interrogado na terça-feira, disse ter

emprestado dinheiro de Favoreto – R\$ 300 mil – e feito o pagamento por meio de depósito na conta da PF&PJ. Inicialmente, Sarquis não saberia quem teria feito o empréstimo, intermediado por Luiz Antonio de Souza, mas, chegou a agradecer pessoalmente Favoreto, em um festa, "pela confiança". "É mentira. Nunca tivemos essa conversa." Disse jamais ter feito tal empréstimo.

Ao final, assim como fez na Publicano 1, voltou a afirmar que foi preso como forma de pressão para fazer um acordo de delação premiada. "Fui preso cinco vezes. A tortura é muito grande (...) Se eu soubesse alguma coisa, teria falado", declarou. Também reclamou da impossibilidade de acesso a documentos que facilitaram sua defesa e estão com o MP desde que foram apreendidos. "Eu sou a parte mais fraca."

Para o promotor Jorge Barreto da Costa, as declarações de Favoreto são normais e, em nada, descaracterizam os fatos descritos na denúncia. "O dono de fato era o réu José Antonio Favoreto Pereira", reafirmou. "Nós entendemos que (a PF&PJ) foi criada única e exclusivamente para lavar dinheiro porque consta nos autos que ela nunca prestou nenhum tipo de serviço; foi utilizada única e exclusivamente para a emissão de notas fiscais frias e também para esses ditos empréstimos de dinheiro."

O advogado de Favoreto preferiu não dar entrevista ao final do interrogatório.

“Fui preso cinco vezes. A tortura é muito grande (...) Se eu soubesse alguma coisa, teria falado”

20 OUT 2016

## FOLHA DE LONDRINA

# *Sentença da Publicano 3 pode sair até março*

Com o interrogatório de Favoreto, terminou ontem, em Londrina, a chamada instrução do processo. Foram quatro semanas de audiências para ouvir as testemunhas de acusação e defesa e os 11 réus que moram em Londrina. O juiz titular dos processos da Publicano, Juliano Nannuncio, encaminhou carta precatória para as comarcas onde residem outras testemunhas e réus.

Assim que voltarem, possivelmente, em fevereiro, considerando as datas em que foram marcadas, o magistrado analisa eventuais pedidos de diligência. Após isso, Ministério Público e réus têm prazo para alegações finais. Em seguida, o juiz poderá proferir sentença: "Eu tenho a impressão que é possível ainda no primeiro trimestre de 2017", declarou Nannuncio.

O processo relativo à primeira fase da Publicano é o mais adiantado – está em fase de alegações finais e Nannuncio espera sentenciá-lo ainda este ano. A Publicano 2, que ficou parada por oito meses em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Paraná é a mais atrasada. Ainda há réus sendo citados. A Publicano 4 já tem audiências marcadas e o processo relativo à quinta fase, a última a ser deflagrada, em maio deste ano, também está na fase inicial. (L.C.)

20 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Governo avaliará retirada de emenda que revoga data-base

Depois de afirmar que não poderia "fabricar dinheiro", Rossoni abre possibilidade de manter reposição

Mariana Franco Ramos  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - Após quatro horas de audiência pública com representantes do Fórum das Entidades Sindicais (FES), o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, abriu nesta quarta-feira (19) a possibilidade de manter a data-base do funcionalismo nos moldes do que foi acordado no ano passado. A retirada da emenda 43, que revoga a reposição inflacionária, seria condicionada ao fim da greve dos professores e de outras oito categorias. A decisão do Palácio Iguaçu deve ser anunciada nesta quinta (20). O encontro entre as duas partes aconteceu na sede da Celepar, em Curitiba, e contou ainda com a participação do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. "Podemos assumir este compromisso, desde que o mesmo texto possa ser rerepresentado na íntegra caso não se encontre, no diálogo com os servidores, outra alternativa para a solução do impasse", afirmou

Rossoni. A previsão da gestão Beto Richa era de votar a mensagem, que modifica a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, em 30 de novembro. A tramitação na Assembleia Legislativa (AL) já tinha sido suspensa, por pressão dos servidores, entretanto, apenas temporariamente.

Se houver de fato um acordo, os docentes da rede estadual, policiais civis e trabalhadores de sete universidades, que aderiram à paralisação, convocarão assembleias para definir os rumos do movimento. Em se tratando dos mais de 100 mil professores, o mais provável é que o encontro aconteça no próximo sábado (22), com uma possível retomada das aulas na segunda-feira seguinte. Das 2,1 mil escolas da rede, contudo, 791 seguiam ocupadas por estudantes até o início da noite desta quarta, em protesto contra a reforma no ensino médio, proposta pelo presidente Michel Temer.

Antes de aceitar negociar, Rossoni chegou a dizer que nada mudou e que provavelmente não mudaria. "Como fazer dinheiro? Como fabricar dinheiro? Parcelar o que não tem? Você não faz uma prestação nova se não tem como pagar a antiga. Os números são exatos. A receita está aí, a situação nacional está aí, o comparativo com os outros Estados está aí." Conforme o chefe da Casa Civil, outras unidades da federação não estariam honrando a folha mensal e o 13º salário, como o Paraná. Costa acrescentou que o orçamento de 2017 projeta uma despesa de R\$ 23 bilhões com a folha de pessoal e encargos, valor 10% superior ao gasto deste ano.

**CONTINUA**

20 OUT 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Nas contas do economista Cid Cordeiro Silva, assessor do FES, porém, haveria cerca de R\$ 2 bilhões a mais de recursos livres em 2016 e 2017, na comparação com os números da pasta. “Em 2016 existe uma diferença de R\$ 500 milhões aproximadamente e, em 2017, de R\$ 1,5 bilhão”, estimou. “Não fazemos greve porque gostamos. Fazemos porque no ano passado o governador sentou numa mesa no Tribunal de Justiça e firmou um compromisso de que não enviaria à Assembleia nenhum projeto de lei que retirasse direito dos trabalhadores, mas o fez”, opinou a professora Marlei Fernandes Carvalho, da coordenação do Fórum.

20 OUT 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## TSE erra registro de doação de R\$ 75 a beneficiária do Bolsa Família

Julia Lindner

Agência Estado

A maior doação de um beneficiário do Bolsa Família no primeiro turno das eleições municipais, de R\$ 75 milhões, foi provavelmente fruto de um erro na prestação de contas da candidata. A agricultora Maria Geni do Nascimento (PDT), que pleiteava uma vaga de vereadora na cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, no sertão de Pernambuco, teria recebido apenas R\$ 75 para a sua campanha.

Geni, que é beneficiária do programa Bolsa Família, obteve apenas 13 votos e ficou em 55º lugar, entre 68 candidatos. Ela recebeu somente uma doação, do estudante Pedro Henrique da Silva, que cursa Letras na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). No site da Justiça Eleitoral, a quantia doada por Pedro é de R\$ 75.000.844,36. Esses cinco últimos dígitos são exatamente os números finais do CPF do doador: 107.191.844-36.

A assessoria do TSE admitiu que pode ter havido um engano, mas ressaltou que o cruzamento de dados feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) aponta apenas "indícios" de irregularidades nas eleições. Caso

haja algum equívoco, o TSE afirma que cabe apenas ao candidato retificar a informação. Os casos suspeitos foram encaminhados ao Ministério Público Eleitoral (MPE) e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS).

20 OUT 2016

## FOLHA DE LONDRINA AGENDA

### Ministério Público

Curitiba - A Fundação Escola do Ministério Público do Paraná (Fempar) está com inscrições abertas para o curso de pós-graduação lato sensu (especialização) "Ministério Público – Estado Democrático de Direito" e para "Atualização em Direito", que serão ofertados a partir de 6 de fevereiro de 2017. Da pós-graduação poderão participar bacharéis em Direito, em especial os que buscam especialização ou preparação para ingresso na carreira do MP. Já a atualização pode ser cursada também por estudantes do último ano de Direito. Informações pelo fone (41) 3222-0006 ou <http://femparpr.org.br/site/>.

### MILITÃO

#### Todo cuidado é pouco

Pela lei vigente no país, "qualquer constrangimento, que tenha conotação libidinosa, será considerado estupro, considera o STJ." Eis a tarefa para o Tribunal decidir a respeito. Os advogados criminalistas terão mais trabalho. E a pena é de 6 a 10 anos.

●● Muito séria as denúncias do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, dizendo que há leis atuais que parecem que foram formuladas por bêbados...

20 OUT 2016

## FOLHA DE LONDRINA

# Beira-Mar é condenado a 30 anos de prisão por homicídio

foinapress

São Paulo - O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, foi condenado a 30 anos de prisão pela morte do estudante de informática Michel Anderson Nascimento dos Santos, em agosto de 1999, em Duque de Caxias, município da Região Metropolitana do Rio. Com mais essa condenação, as penas de Beira-Mar chegam a 350 anos.

Beira-Mar foi considerado culpado pelo Conselho de Sentença do 2º Tribunal do Júri da Capital do crime de homicídio triplamente qualificado - motivo torpe, sem chances de defesa e com emprego de tortura - e por comandar a execução de Michel na favela Beira-Mar. Na época, o traficante estava preso, mas dava as ordens por meio de ligação telefônica.

O julgamento foi realizado

nesta terça (18) por meio de videoconferência já que Beira-Mar está preso na penitenciária federal de Porto Velho, em Rondônia. Segundo a Justiça, essa foi a primeira vez que uma sessão do júri foi feita pelo sistema na comarca da capital. Logo no início, o traficante informou que ia usar o direito de se manter em silêncio.

O juiz Daniel Werneck Cotta afirmou que Beira-Mar organizou e dirigiu a conduta dos executores e julgou procedente a punição decidida pelo conselho, formado por sete jurados populares.

Preso desde abril de 2001, Beira-Mar ganhou notoriedade por organizar sua própria rede de distribuição de armas e drogas a partir de conexões com traficantes da América Latina.

### CONDENAÇÕES

Com a sentença desta ter-

ça, o traficante Fernandinho Beira-Mar acumula agora penas que somam quase 350 anos de prisão. No dia 13 de maio 2015, Beira-Mar foi condenado a 120 anos de prisão por ter comandado, em 2002, uma rebelião no Complexo Penitenciário de Bangu, na zona oeste do Rio, quando foram mortos quatro traficantes de uma facção rival.

Em 2013, Beira-Mar foi condenado a 80 anos sob acusação de planejar e ordenar a morte de dois homens na favela Beira-Mar, em Duque de Caxias, município da Região Metropolitana do Rio, no mesmo ano de 2002. Nesta época, o traficante já estava preso.

O traficante também tem 69,5 anos de condenações por tráfico de drogas e homicídio no Rio de Janeiro, além de condenações em outros Estados.

20 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

# O homem-bomba

**Prisão de Eduardo Cunha, determinada pelo juiz federal Sergio Moro, deixa políticos perplexos e apreensivos com eventual delação premiada**

Eduardo Cunha está atrás das grades. Acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e envio clandestino de recursos ao exterior (evasão de divisas), o ex-presidente da Câmara dos Deputados teve sua prisão preventiva decretada pelo juiz federal Sergio Moro.

Em decisão assinada na segunda-feira (17) e executada nesta quarta (19), o magistrado de Curitiba, responsável pelos julgamentos em primeira instância da Operação Lava Jato, afirmou haver indícios de que o ex-deputado pelo PMDB-RJ se envolveu “na prática habitual e profissional de crimes contra a administração pública”.

Baseando-se em documentos reunidos pelo Ministério Público Federal, Moro sustenta que Cunha utilizou contas secretas no exterior para ocultar o produto de seus desvios, os quais teriam ocorrido não só nos contratos com a Petrobras mas também em outras áreas, não raro “com o emprego de extorsão e de terceiros para colher propinas”.

Daí por que o juiz considerou necessária a prisão provisória por tempo indeterminado: para evitar obstrução da Justiça e reiteração do delito, além de dificultar a dispersão de montantes ainda não recuperados — cerca de US\$ 13 milhões, segundo o MPF — e impedir a fuga de Cunha, nascido no Rio e detentor de cidadania italiana.

Dado o conjunto da obra e o grau

de exposição que se deu a ela, havia poucas dúvidas de que, tendo perdido as proteções que a Constituição oferece aos deputados, o peemedebista cedo ou tarde teria o mesmo destino de outros investigados pela força-tarefa de Curitiba.

Surpreendeu que tenha sido tão cedo: pouco mais de um mês após terminar na Câmara o processo de cassação do mandato de Cunha, o mais longo de nossa história, e menos de uma semana depois de a ação penal, iniciada no Supremo Tribunal Federal, começar a tramitar sob a batuta de Moro.

Pegos desprevenidos, os antigos colegas de Cunha demoraram a reagir à notícia. Quando o fizeram, sem conseguirem esconder a perplexidade diante da prisão de um dos mais poderosos presidentes da Câmara que o Brasil já conheceu, paralisaram votações e suspenderam sessões em plena quarta, dia de maior movimentação na Casa.

Sensação semelhante tomou conta do governo federal. Oficialmente em silêncio — o presidente se encontrava em trânsito, retornando do Japão —, o entourage de Michel Temer (PMDB) revelava nos bastidores grande apreensão.

Parlamentar influente como poucos, o ex-deputado vinha negando a possibilidade de negociar um acordo com os investigadores. “Só faz delação quem cometeu crime, e eu não cometi”, dizia.

Agora que Eduardo Cunha sabe como Sergio Moro enxerga sua situação, talvez ele mude de ideia. Sua delação premiada cairia como uma bomba em Brasília — e não há quem não saiba disso no mundo político.

# FOLHA DE S. PAULO

ROBERTO DIAS

## Supremo quem?

**SÃO PAULO.** A prisão de Eduardo Cunha não deixa de representar um tapa na imagem do Supremo.

Há uma semana, o juiz Sergio Moro, de primeira instância, recebeu um processo que tramitava no mais alto tribunal do país porque Cunha tinha foro especial como deputado. Em seis dias, fez a polícia prendê-lo.

Há mais de um ano, esse processo foi entregue ao ministro Teori Zavascki, do STF. Desde então, tentou-se prender Cunha. A Procuradoria-Geral da República pediu isso dizendo que ele poderia interferir nas investigações, argumento próximo ao utilizado por Moro em sua decisão.

Até os pares do ex-deputado, porém, foram menos lentos. Tiraram seu mandato, e então Teori decidiu que, por causa disso, o pedido de prisão não fazia mais sentido.

O ex-deputado não era um novato no STF — abertura de inquérito contra ele existe há mais de dez anos — nem é homem de um rolo só — além de Moro, juízes do Rio e do DF acabam de receber processos de Cunha.

As discussões sobre esse personagem expuseram algumas pontas soltas na corte. Numa sessão, o ministro Edson Fachin afirmou que o plenário deveria examinar a questão do flagrante exigido para prisão de congressista. Em Oxford, Luís Roberto Barroso disse: “O Supremo não tem condições para julgar processos penais com celeridade”.

A novela de Cunha reforça a visão de que o foro especial protege os poderosos. Sobretudo porque envolveu alguém de muita visibilidade, cercado por grande indignação popular.

O timing da prisão também não é bom para a imagem do STF por outro motivo. Neste momento, o principal nome do mensalão só está detido por causa da Lava Jato — o Supremo acaba de dar indulto a José Dirceu.

Sem foro especial, Cunha voltou a usar avião oficial, direito que detinha como presidente da Câmara. Agora não mais a pedido, mas por obrigação. Pelo menos não correu risco de apanhar no desembarque.

20 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## Um silêncio eloquente

**BRASÍLIA** - O silêncio do Planalto não podia ser mais eloquente. A prisão de Eduardo Cunha deu um susto no governo Temer e pôs fim à ilusão de que a tormenta havia ficado para trás. Depois de semanas de calmaria, o novo regime volta a navegar em mar revolto, com o vento soprando forte a partir de Curitiba.

A ameaça de uma delação do ex-deputado se tornou mais real. Daqui para a frente, passará a perturbar o sono de parlamentares, ministros e até do presidente da República, aliado histórico do novo detento.

No pedido de prisão preventiva, o Ministério Público Federal deixou claro que a perda do mandato não rompeu os laços do correntista suíço com o núcleo do poder.

“Mesmo afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha ainda mantém influência nos seus correligionários, tendo participado de indicações de cargos políticos do governo Temer”, afirmam os procuradores da força-tarefa da Lava Jato.

O ex-deputado pode ter sumido das cerimônias oficiais, mas seus apadrinhados continuam lá. Entre os mais notórios, está o líder do governo na Câmara, André Moura.

Os desafetos de Cunha também ficam mais vulneráveis com sua prisão. Nas últimas semanas, ele fez ameaças explícitas a Moreira Franco, responsável pelo pacote de privatizações do governo. Ele é homem de confiança do presidente e sogro do novo chefe da Câmara, Rodrigo Maia.

A cúpula do partido de Temer também tem motivos para temer as revelações de Cunha. “Não ficarei surpreso se a delação pegar o PMDB em cheio. Ele era um grande lobista e operava há muito tempo no partido”, diz o deputado Jarbas Vasconcelos, um dos poucos peemedebistas que pareciam à vontade nesta quarta (19).

Enquanto estava solto, Cunha ameaçava publicar um livro com revelações incômodas contra os desafetos e os aliados que o abandonaram. A diferença agora é que ele não poderá entregar só os inimigos, avisa um dos chefes da Lava Jato.

20 OUT 2016

20 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Lava Jato prende Cunha por 'caráter serial' de seus crimes

Em seu despacho, juiz Sergio Moro diz que ex-deputado poderia fugir do país

**Procuradoria afirma que ele ainda possuía influência no governo; prisão causa apreensão no Planalto e Congresso**

O ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi preso pela Lava Jato em Brasília nesta quarta (19), 37 dias depois de ter o mandato cassado pela Câmara.

A prisão foi ordenada pelo juiz federal Sergio Moro na segunda-feira (17) a pedido do Ministério Público Federal na ação em que Cunha é réu sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Ao justificar a medida, o juiz afirmou, entre outras coisas, que "a dimensão e o caráter serial dos crimes estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública".

Segundo as investigações, o ex-deputado recebeu R\$ 5 milhões de propina em contas na Suíça, abastecidas com dinheiro de contratos de exploração de petróleo da Petrobras na África.

Moro assumiu o caso na semana passada depois que Cunha perdeu o foro privilegiado no STF (Supremo Tribunal Federal).

A prisão preventiva, por tempo indeterminado, foi efetuada pela Polícia Federal pouco depois das 13h no prédio funcional em Brasília onde Cunha ainda ocupava, irregularmente, um apartamento. À tarde, ele foi transferido em avião da PF para a carceragem em Curitiba, onde passou a primeira noite sozinho numa cela.

Segundo a **Folha** apurou, Cunha afirmou a agentes que sua prisão era um "engano".

Apesar de cogitada nos últimos meses nos bastidores, a prisão causou imediata surpresa e apreensão no Planalto e no Congresso. O presidente Michel Temer estava em viagem do Japão ao Brasil no momento em que o ex-presidente da Câmara foi detido.

Seu governo teme que uma eventual delação premiada de Cunha possa atingir não só o presidente, seu colega de partido, mas auxiliares de confiança, como Moreira Franco, declaradamente considerado um desafeto por Cunha. A assessoria da Presidência não comentou.

No pedido à Justiça, 13 procuradores argumentam que a detenção era necessária para impedir que o ex-deputado continuasse a operar.

Citaram a nomeação de um aliado dele no governo Temer, Maurício Quintella (PR-AL), como ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil. "Quintella havia votado em favor de Eduardo Cunha no Conselho de Ética", afirmam.

Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado e também ré na Lava Jato, estava em Brasília quando o marido foi preso, mas não foi alvo de medida cautelar por parte de Moro.

Em seu despacho, o juiz destacou que havia risco de fuga por parte do ex-deputado federal, que tem dupla nacionalidade (brasileira e italiana), o que "poderia inviabilizar eventual extradição".

"O apelo à ordem pública, seja para prevenir novos crimes, seja em decorrência de gravidade em concreta dos crimes praticados, é causa suficiente para justificar a decretação da preventiva", disse o juiz no despacho.

Moro determinou ainda o bloqueio de documentos dos veículos localizados em poder do ex-deputado e de sua família. "A habilidade do acusado em ocultar e dissimular propinas, com contas secretas no exterior, parte não totalmente identificada nem sequestrada, permanece incólume", disse o juiz.

**CONTINUA**

Segundo o pedido de prisão, "permanece oculto um patrimônio de aproximadamente US\$ 13 milhões", o equivalente a R\$ 41,3 milhões. Esse montante estava em contas fora do Brasil que foram fechadas por Cunha, segundo os procuradores.

A força-tarefa também apontou uso de dinheiro proveniente de crimes para pagar o casamento de uma das filhas do ex-deputado.

Uma ação de improbidade já havia decretado o bloqueio de bens de Cunha até o valor de R\$ 220,7 milhões, o que não significa que ele tenha esse montante. É uma estimativa dos prejuízos causados pelo ex-deputado aos cofres públicos. (BELA MEGALE, RUBENS VALENTE, CAMILA MATTOSO, MARINA DIAS, DANIEL CARVALHO, VALDO CRUZ, GUSTAVO URIBE, DANIELA LIMA, MARIO CESAR CARVALHO E ESTELITA HASS CARAZZA)

#### OUTRAS INVESTIGAÇÕES

##### Porto Maravilha

Empreiteiras teriam pago propina por financiamento

##### Requerimentos na Câmara

Suposto abuso de poder para extorquir adversários

##### Caixa Econômica Federal

Supostos desvios de fundos

##### BTG Pactual

Suspeita de recebimento de propina para aprovar emenda que favorecia o banco BTG Pactual

##### Furnas

Suspeita de recebimento de propina em contratos da estatal

#### MOTIVOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA

Segundo o juiz Sergio Moro

- Boa prova de autoria e materialidade dos crimes:** "As provas orais e documentais, portanto, indicam [...] que Eduardo Cosentino da Cunha foi beneficiário de acertos de propinas"
- Risco à investigação:** "[...] agiu, reiteradamente, para obstruir as investigações e a apuração de suas responsabilidades, intimidando testemunhas, advogados e autoridades responsáveis pela condução dos processos"
- Risco à aplicação da lei penal:** "Enquanto não houver rastreamento completo do dinheiro [...], há um risco de dissipação do produto do crime, [...] presente igualmente um risco de fuga ao exterior"
- Risco à ordem pública:** "A dimensão e o caráter serial dos crimes estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública"

#### CUNHA NA LAVA JATO



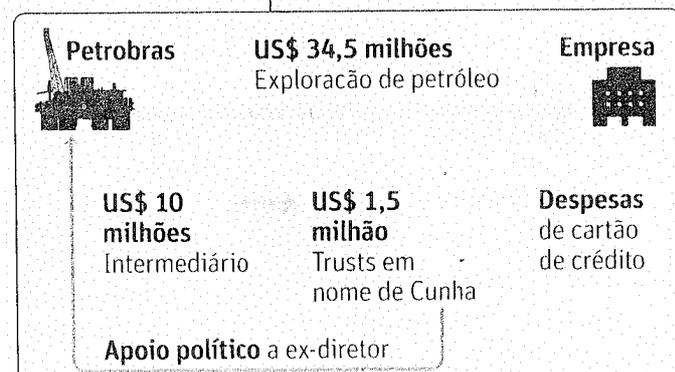
##### CONTAS NA SUÍÇA

É acusado de esconder propina recebida por negócio da Petrobras na África

**Situação:** Cunha é réu

##### Crimes imputados:

corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas



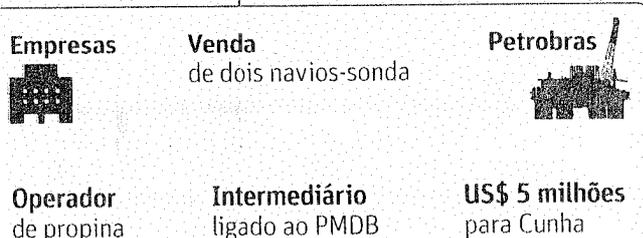
##### NAVIOS-SONDA

É acusado de receber propina por venda de navios à Petrobras

**Situação:** Cunha é réu

##### Crimes imputados:

corrupção passiva e lavagem de dinheiro



20 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### **Cármem Lúcia abre evento de associação de editores de revista**

DE SÃO PAULO - A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármem Lúcia abre nesta quinta-feira (20) a décima edição do fórum anual da Aner (Associação Nacional dos Editores de Revistas), que completa 30 anos.

Cármem Lúcia falará sobre liberdade de expressão numa era de comunicação digital.

Além da ministra, participarão do evento, o presidente do Grupo Abril, Walter Longo, o publicitário Guga Ketzer, presidente da agência LDC, Léo Xavier, CEO da Isobar Brazil e fundador da Pontomobi, e o consultor Juan Señor. Será também anunciada a vencedora do concurso de melhor capa publicada no ano, escolhida pelo júri e pelo público.

O 10º Aner Forum acontece nesta quinta-feira, das 8h30 às 17h30, no auditório Philip Kotler da faculdade ESPM, na r. Dr. Álvaro Alvim, 123, tel. 11-5085-4600. Os ingressos custam R\$ 350 para associados e R\$ 420 para não-associados.

20 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Proposta sugere que MP não faça audiências sem advogado

O novo CPC estabelece, em seu artigo 220,  
a suspensão do curso do prazo  
processual entre 20 de dezembro e 20 de janeiro

O conselheiro Valter Shuenquener de Araújo, do Conselho Nacional do Ministério Público, apresentou nesta terça-feira (18/10) ao colegiado uma proposta de recomendação sugerindo que todo MP evite promover atos ou audiências referentes a feitos e procedimentos administrativos sob sua presidência em que seja recomendável a presença de advogados entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro.

O conselheiro defendeu a aprovação da recomendação para harmonizar o Ministério Público brasileiro com a regra de suspensão dos prazos processuais estabelecida pelo novo Código de Processo Civil para o chamado recesso forense. Segundo ele, diversos órgãos do Poder Judiciário já expediram atos normativos de similar teor, com suspensões de audiências, sessões de julgamento, perícias e leilões durante o período.

O novo CPC estabelece, em seu artigo 220, a suspensão do curso do prazo processual entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. Por isso, o parágrafo 2º do artigo

diz que durante o período não serão feitas audiências nem sessões de julgamento. A incorporação do dispositivo ao CPC é uma antiga demanda dos advogados, para que possam ter um período de férias ao longo de um ano forense.

“Revela-se útil e produtiva que o MP brasileiro adira à tendência já compartilhada no âmbito do Poder Judiciário, no sentido de se abster, dentro do possível e do razoável, e respeitada sua autonomia institucional, de designar atos, audiências e diligências em que se exija a presença de advogados, no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, ressalvadas aquelas hipóteses que não comportem adiamento, tais como as de caráter urgente ou que envolvam perecimento de direito, liberdade de locomoção e prescrição”, diz o conselheiro na justificativa da proposta.

De acordo com o Regimento Interno do CNMP, será designado um conselheiro para relatar a proposta. Depois, será aberto o prazo de 30 dias para o recebimento de emendas.

20 OUT 2016

BEMPARANÁ

# Eduardo Cunha é preso por ordem de juiz Sérgio Moro

CORRUPÇÃO

R\$ 5 milhões

é quanto Eduardo Cunha é acusado de ter recebido de propina na Suíça

Magistrado alega que ex-deputado poderia fugir do País e ocultar dinheiro desviado da Petrobras

O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) foi preso ontem em Brasília, no âmbito da Operação Lava Jato. O pedido de prisão preventiva do ex-presidente da Câmara dos Deputados foi emitido pelo juiz Sérgio Moro, que conduz as investigações da Lava Jato, na primeira instância. A prisão aconteceu no início da tarde em Brasília e em seguida, Cunha foi trazido a Curitiba, onde chegou por volta das 17 horas. Entre os argumentos utilizados para justificar o pedido de prisão, a força-tarefa de procuradores da Lava Jato afirmou que a liberdade do ex-deputado representava risco às investigações.

Segundo a acusação, "há evidências" de que existem contas pertencentes a Cunha no exterior que ainda não foram identificadas, fato que coloca em risco as investigações. Além disso, os procuradores ressaltaram que Cunha tem dupla nacionalidade (brasileira e italiana) e pode fugir do país.

"Enquanto não houver rastreamento completo do dinheiro e a total identificação de sua localização atual, há risco de dissipação do produto do crime, o que inviabilizará a sua recuperação. Enquanto não for afastado o risco de

dissipação do produto do crime, presente igualmente um risco maior de fuga ao exterior, uma vez que o acusado poderia se valer de recursos ilícitos ali mantidos para facilitar fuga e refúgio no exterior", disse Moro na decisão.

**Propina** - A prisão foi decretada na ação penal em que o deputado cassado é acusado de receber R\$ 5 milhões, que foram depositados em contas não declaradas na Suíça. O valor seria oriundo de vantagens indevidas, obtidas com a compra de um campo de petróleo pela Petrobras em Benin, na África. O processo foi aberto pelo Supremo Federal, mas após a cassação do ex-deputado, a ação foi enviada para o juiz Sérgio Moro porque Cunha perdeu o foro privilegiado.

Moro apontou para o 'caráter serial dos crimes' do peemedebista. O juiz usou como fundamentos do decreto de prisão de Eduardo Cunha 'risco à ordem pública e à instrução do processo' - o ex-deputado é acusado de manter contas secretas na Suíça abastecidas por propina do esquema da Petrobras.

Segundo os procuradores da República, "além da ação penal referente a propinas pagas pela compra do campo de Benin, no momento que teve seu mandato cassado, Eduardo Cunha já respondia a outro processo no Supremo Tribunal Federal por corrupção e lavagem de dinheiro em fatos relacionados à aquisição de navios-sonda da Petrobras'.

**Ordem pública** - A força-tarefa destaca que o ex-parlamentar federal 'figura em diversas outras investigações relacionadas a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, o que indica que a sua liberdade constitui risco à ordem pública, tendo em vista a reiteração delitiva num contexto de corrupção sistêmica'.

Cunha foi cassado em 12 de setembro pelo plenário da Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar. Sem mandato, o peemedebista perdeu a regalia do foro privilegiado perante o Supremo Tribunal Federal que, diante do pedido de prisão de Eduardo Cunha feito pela Procuradoria-Geral da República, não ordenou sua prisão em momento algum.

# 20 OUT 2016

## BEM PARANÁ

### Justiça encontra contas zeradas

A Justiça Federal do Paraná decretou a indisponibilidade de bens do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no montante de R\$ 220.677.515,24. A decisão foi dada pela 6ª Vara Federal de Curitiba em ação civil de improbidade administrativa movida pela Procuradoria da República.

Contudo, o pedido de bloqueio encontrou quatro contas do ex-deputado Eduardo Cunha com saldo zero. O pedido judicial feito ao Banco Central só encontrou recursos nas contas da mulher do deputado cassado, a jornalista Claudia Cordeiro Cunha. Ela tem R\$ 623,5 mil em duas contas, os quais foram bloqueados em junho, dias depois de o pedido ter sido apresentado à Justiça.

A mulher de Cunha também é acusada na Lava Jato. Mais de US\$ 1 milhão da propina que o peemedebista teria recebido sobre contrato da Petrobras foram gastos por ela em compras de luxo na Europa, segundo os investigadores. Cláudia adquiriu sapatos, bolsas e roupas de grife na França, Itália e em outros países.

**20 OUT 2016**

## **BEMPARANÁ**

### **Tratamento penal para mulheres em discussão**

Está aberta até 25 de outubro uma consulta pública para elaborar a Política Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Penal do Paraná.

No site do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), o cidadão pode opinar para a construção dessa política, composta por oito eixos temáticos, com objetivos, metas, prazos e objetivo de desenvolvimento sustentável correspondente. Os eixos são implantação, interinstitucional, garantia de direitos, primeira infância, educação, trabalho, saúde, gestão e aperfeiçoamento de pessoas.

Para acessar a consulta pública, o endereço eletrônico é [www.depen.pr.gov.br](http://www.depen.pr.gov.br). Um banner do lado direito superior da tela direciona para o conteúdo. "A população feminina encarcerada cresceu 567% no País, entre 2000 e 2014, duas vezes mais rápido que a masculina", aponta a agente penitenciária Renata Torres.

20 OUT 2016

# TRIBUNAL DO PARANÁ

# CHEGOU A VEZ DE CUNHA

Moro ordena prisão preventiva do ex-presidente da Câmara, que chegou em Curitiba ontem

**P**reso preventivamente ontem em Brasília, o presidente cassado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), chegou a Curitiba no final da tarde, por ordem do juiz Sérgio Moro. O magistrado acolheu os argumentos da força-tarefa da Procuradoria da República de que Eduardo Cunha em liberdade representa um "risco para a instrução do processo e para a ordem pública". A prisão foi decretada no âmbito da Operação Lava Jato, informou a Polícia Federal. A Justiça Federal do Paraná decretou a indisponibilidade de bens do ex-presidente da Câmara no montante de R\$ 220.677.515,24. A investigação contra Eduardo Cunha sobre contas na Suíça abastecidas por propinas na Petrobrás estava sob responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF). Cassado pela Câmara, o peemedebista perdeu o foro privilegiado perante a Corte máxima.

Na segunda-feira, Moro intimou Eduardo Cunha para apresentar sua defesa prévia em ação penal que atribui ao ex-deputado US\$ 5 milhões nas contas secretas que ele mantinha na Suíça.

A mulher de Eduardo Cunha, Cláudia, também é acusada na Lava Jato. Mais de US\$ 1 milhão da propina que o peemedebista teria recebido sobre contrato da Petrobrás no campo petrolífero de Benin, na África, foram gastos por ela em compras de luxo

na Europa, segundo os investigadores. Cláudia adquiriu sapatos, bolsas e roupas de grife na França, Itália e em outros países europeus.

## DENÚNCIAS

A primeira denúncia contra Cunha veio em agosto de 2015, e acusa o parlamentar de corrupção e lavagem de dinheiro por ter recebido ao menos US\$ 5 milhões em propinas referentes a dois contratos de construção de navios-sonda da Petrobrás.

Por unanimidade, o Supremo aceitou a acusação em março deste ano e tornou Cunha o primeiro político réu na Lava Jato. Nesta denúncia ele responde por corrupção e lavagem de dinheiro.

No mesmo mês, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou a segunda denúncia contra o peemedebista, desta vez por manter contas não declaradas no exterior utilizadas para receber propina, também no esquema de corrupção na Petrobrás. Em 10 de junho deste ano, Janot apresentou a terceira denúncia contra o peemedebista, desta vez por suspeita de desviar dinheiro do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) nas aplicações que o fundo fazia em obras.

## CRIMES

**A**o mandar prender o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o juiz federal Sérgio Moro apontou para o "caráter serial dos crimes" do peemedebista. O juiz usou como fundamentos do decreto de prisão de Eduardo Cunha "risco à ordem pública e à instrução do processo" - o ex-deputado é acusado de manter contas secretas na Suíça abastecidas por propina do esquema da Petrobras. Segundo os procuradores da República, "além da ação penal referente a propinas pagas pela compra do campo de Benin, no momento que teve seu mandato cassado, Eduardo Cunha já respondia a outro processo no Supremo Tribunal Federal por corrupção e lavagem de dinheiro em fatos relacionados à aquisição de navios-sonda da Petrobras".

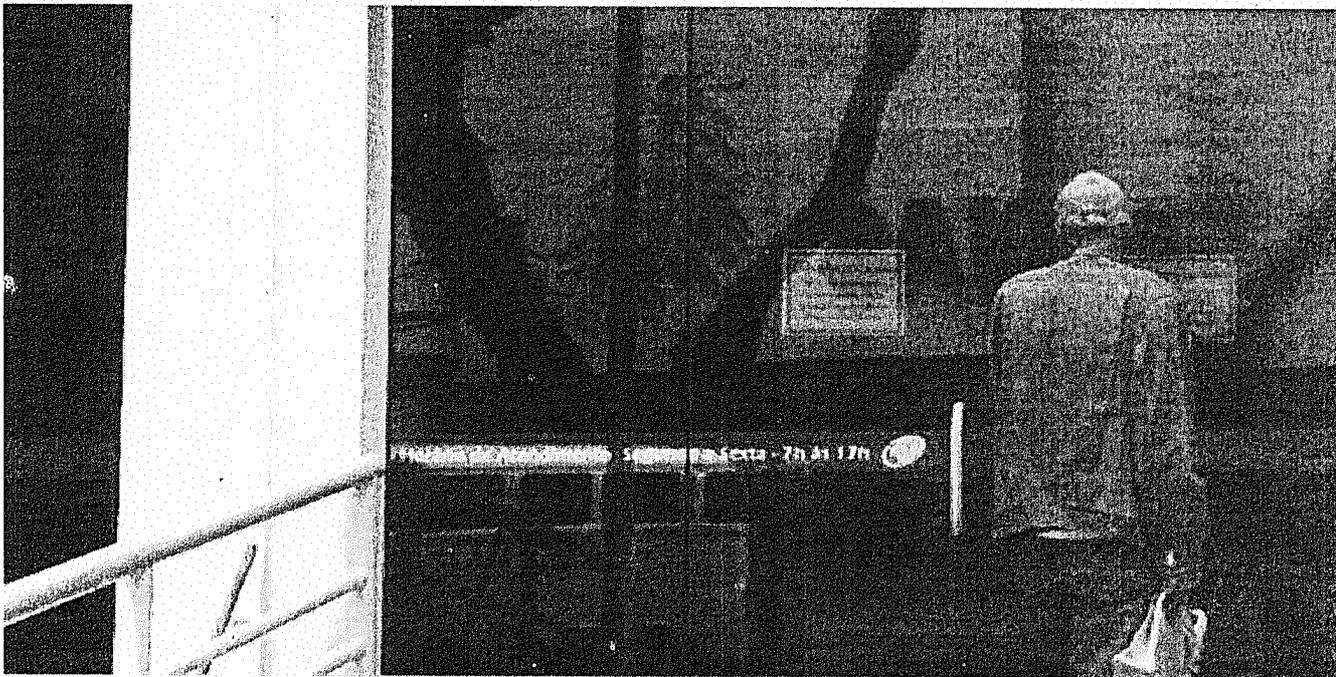
## Decisão absurda, diz defesa

De acordo com informações da Polícia Federal, Eduardo Cunha vai ficar detido em uma cela separada dos outros 10 acusados da Lava Jato que continuam presos na superintendência. O exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal deve ser realizado hoje. Ainda não há previsão para que ele preste depoimento aos delegados da PF. Antes de ser preso, o ex-presidente da Câmara escreveu nota, divulgada por meio dos advogados dele, considerando "a decisão absurda".

Leia a íntegra da nota: "Tendo em vista o mandado de prisão preventiva decretado hoje pela 13 vara federal do Paraná, tenho a declarar o que se segue: Trata-se de uma decisão absurda, sem nenhuma motivação e utilizando-se dos argumentos de uma ação cautelar extinta pelo Supremo Tribunal Federal. A referida ação cautelar do supremo, que pedia minha prisão preventiva, foi extinta e o juiz, nos fundamentos da decretação de prisão, utiliza os fundamentos dessa ação cautelar, bem como de fatos atinentes à outros inquiridos que não estão sob sua jurisdição, não sendo ele juiz competente para deliberar. Meus advogados tomarão as medidas cabíveis para enfrentar essa absurda decisão". (EC)

### Estados querem inclusão de Judiciário e Legislativo nas novas regras da aposentadoria

- Agência O Globo
- [19/10/2016]
- [09h46]



Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

A inclusão dos estados na reforma da Previdência precisa se estender a todos os Poderes e não ficar limitada apenas ao Executivo. A ideia é defendida pelos governadores e tem a simpatia da equipe econômica. Isso porque, ao englobar Judiciário,

**CONTINUA**

20 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

## GAZETA DO POVO

Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, a reforma ajudará a acabar com uma situação perversa que hoje limita a realização de investimentos e a aplicação de recursos em áreas importantes, como segurança pública e transportes.

Em vários estados, inclusive no Rio de Janeiro, o Executivo assumiu o pagamento de inativos e pensionistas de todos os Poderes. Segundo o especialista em finanças públicas Raul Velloso, isso reduz os recursos livres dos governadores.

Entenda como funcionam as regras atuais da Previdência

“Inativos e pensionistas viraram uma conta a mais que ninguém quer pagar. Eles são empurrados para o Executivo. Existe uma disputa interna nos estados pelos recursos do Orçamento e para saber em cima de quem a conta vai incorrer”, reforça.

**CONTINUA**

**20 OUT 2016**

**CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO**

A pedido do jornal "O Globo", Velloso e o consultor da Comissão de Orçamento da Câmara e ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim fizeram um levantamento sobre a situação do Rio de Janeiro. No estado, as despesas com inativos e pensionistas de todo os Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) chegou a R\$ 13,345 bilhões em 2015. Desse total, R\$ 2,24 bilhões (16%) corresponderam aos órgãos autônomos. Segundo Velloso, isso demonstra que a reforma precisa englobar todas as esferas.

"Os Poderes têm de ser solidários no ajuste", resume.

Ele lembra que os órgãos autônomos têm direito a uma fatia do Orçamento estadual. Ela é usada para pagar salários dos funcionários que estão na ativa. Nesse período, os reajustes salariais e ganhos de remuneração, que costumam ser mais generosos no

**CONTINUA**

Legislativo e no Judiciário, acabam impactando as aposentadorias no futuro e a conta do Executivo. Velloso ressalta que a situação das despesas com saúde e educação também limita a ação dos governadores. Essas duas áreas têm vinculações obrigatórias, mas também não usam esses recursos para pagamento de aposentados.

veja também

- Ministro da Defesa defende que reforma da Previdência seja diferente para militares
- Déficit previdenciário dos estados pode chegar a R\$ 100 bilhões em 2020
- Crise aprofunda abismo entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado

## **Déficit no Rio**

No Rio, os dados levantados por Velloso e Rolim mostram que o déficit com o pagamento de aposentados do

**CONTINUA**

Tribunal de Justiça saltou 80% entre o segundo trimestre de 2012 e o deste ano, chegando a R\$ 177 milhões.

Nesse mesmo período, o rombo do Executivo cresceu 48,5%, a R\$ 1,487 bilhão. No caso da Assembleia Legislativa (Alerj), a alta foi de 15,7%, para um déficit de R\$ 49,2 milhões. No Tribunal de Contas Estadual, o aumento foi de 38%, para R\$ 47 milhões.

Paralelamente, estudo do economista José Roberto Afonso, da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), mostra que o Rio é o estado com a segunda menor proporção de gasto com o funcionalismo responsável por saúde, segurança, educação e administração. São 33,7% da receita destinada a essa despesa no Rio. No Espírito Santo, a parcela é de 31,3%, e em São Paulo, de 34,5%. O maior gasto é no Tocantins: 60,3%. Dessa

conta, estão excluídos inativos e outros poderes, como Judiciário e Legislativo.

Uma análise feita por Velloso com base nas despesas dos três estados em pior situação financeira — Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — mostra quão limitada é a margem de manobra dos governantes. Segundo ele, em média, os órgãos autônomos desses locais respondem por 13% da receita corrente líquida (RCL); a educação, por 17,8%; e a saúde, por 10%. As demais vinculações ficam com 5,7% da RCL, e o serviço da dívida, com 13%.

Somadas, essas fatias chegam a 59,6% da receita.

### **Previdência complementar**

A proposta de reforma da Previdência obriga todos os estados e municípios a criarem um sistema de previdência complementar (uma espécie de fundo de pensão) para seus servidores, em até dois anos. A exigência valerá para os entes que têm regimes próprios de

aposentadoria e englobará todos os poderes e seus respectivos órgãos, num fundo único.

Com isso, os novos funcionários que se aposentarem terão um benefício limitado ao teto do INSS (hoje em R\$ 5.189), e o que extrapolar será complementado por esse fundo, em regime de capitalização. Ainda pela proposta, quem não tiver condições para montar uma entidade própria poderá aderir ao fundo dos servidores do Executivo federal, o Funpresp.

O objetivo da medida é reduzir as despesas dos estados com aposentadorias no futuro. Atualmente, a média dos benefícios no Legislativo, Judiciário e demais órgãos (Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública) é muito superior aos valores pagos pelos Executivos em todas as esferas. Com a criação de fundos de previdência complementar, a tendência é que, dentro de duas

**20 OUT 2016**

**CONTINUAÇÃO**

## **GAZETA DO POVO**

décadas, o valor médio das aposentadorias nas carreiras mais privilegiadas caía, explicou um interlocutor.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, no Executivo federal, uma aposentadoria é, em média, de R\$ 7,458 mil. No Ministério Público Federal, chega a R\$ 17,904 mil. No Judiciário, a R\$ 25,7 mil, e no Legislativo, a R\$ 28,587 mil. Essa discrepância, dizem os técnicos, se repete nos estados.

### **Aposentadoria – As regras do INSS**

Saiba como funcionam os principais tipos de aposentadoria pelo INSS, que atende os trabalhadores do setor privado.

### **Como se aposentam os brasileiros**

**CONTINUA**

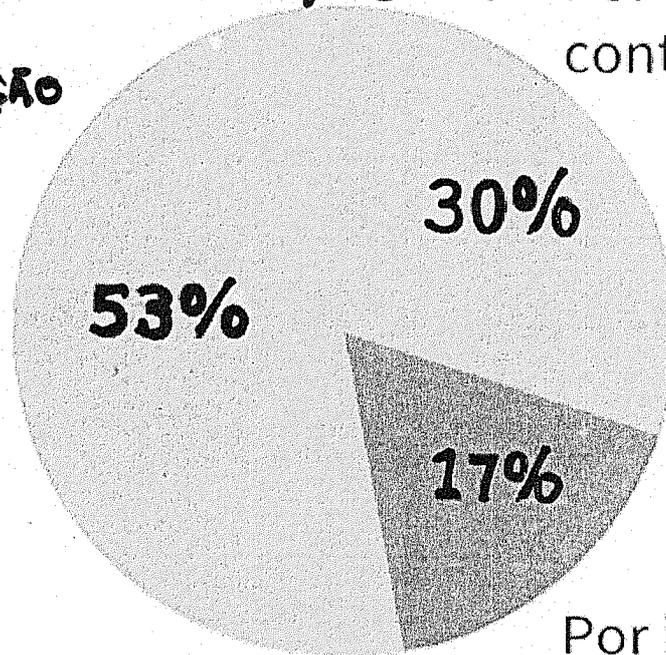
20 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

Por tempo de contribuição

## CONTINUAÇÃO

Por idade



Por invalidez\*\*

### Tipos de aposentadoria

	Por idade	Por tempo de contribuição		Por invalidez**
<b>Beneficiários</b>	9,936 milhões	5,575 milhões		3,218 milhões
<b>% do total de aposentadorias</b>	53%	30%		17%
<b>Valor médio*</b>	R\$ 888,59	R\$ 1.817,86		R\$ 1.091,93
		Regra 30/35	Regra 85/95	
<b>Tempo de contribuição mínimo</b>	15 anos	30 anos (mulheres) e 35 anos (homens)	Não há	1 ano
<b>Idade mínima</b>	Trabalhadores urbanos: 60 anos (mulheres) e 65 anos (homens). Trabalhadores rurais: 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens)	Não há	Não há	Não há

CONTINUA

**Valor do benefício**

70% da aposentadoria integral mais 1% por ano de contribuição. Assim, um trabalhador urbano que se aposentar aos 65 anos com 30 de contribuição receberá aposentadoria integral: O fator previdenciário só é aplicado se favorecer o contribuinte

O valor da aposentadoria integral é multiplicado pelo fator previdenciário. Hoje, um homem de 55 anos que se aposente com 35 de contribuição tem fator 0,695. Portanto, receberá 69,5% do valor integral

Soma-se idade e anos de contribuição. No caso da mulher, se o resultado for 85 ela receberá aposentadoria integral, sem aplicação de fator previdenciário. Para o homem, a soma tem de ser de 95. Esses requisitos serão elevados a cada dois anos a partir do fim de 2018, chegando a 90/100 do fim de 2026 em diante

Aposentadoria integral

\*Em junho de 2016. \*\*Paga ao trabalhador permanentemente incapaz de exercer atividade laborativa. Se ele voltar a trabalhar, a aposentadoria é cancelada. O benefício pode ser reavaliado pelo INSS a cada dois anos.

## ENTENDA

### Aposentadoria integral

Média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição desde julho de 1994

**Exemplo:** Para quem contribuiu por 200 meses, será feita a média dos 160 maiores salários.

### Fator previdenciário

Índice atualizado todos os anos que varia conforme a idade, o tempo de

**CONTINUA**

20 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO  
contribuição e a expectativa de vida do beneficiário.

- . Confira aqui a tabela do fator previdenciário para 2016

### Teto da aposentadoria

Em todos os casos, o valor do benefício é limitado a um teto definido anualmente pelo INSS.

Em 2016, o benefício máximo é de  
R\$ 5.189,82

## AS CONTAS DA PREVIDÊNCIA

---

### Trajectoria insustentável

A Previdência Social usa o regime de repartição simples: o dinheiro de quem

**CONTINUA**

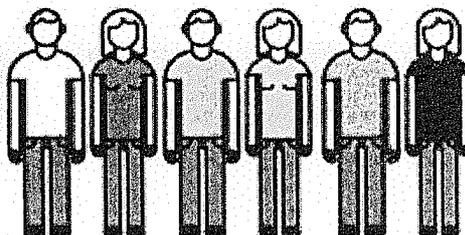
contribui é usado para pagar o benefício de quem está aposentado. E o sistema fecha no vermelho todo ano.

Benefícios previdenciários

R\$ **436,1** bilhões

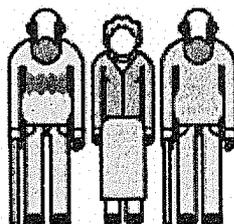
Contribuintes\*

**54,8** milhões



Beneficiários\*\*\*

**29** milhões



Arrecadação líquida\*

R\$ **350,3** bilhões

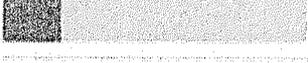
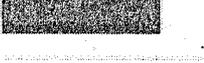
\*No fim de 2014 \*\*Em 2015 \*\*\*Em agosto de 2016. O número inclui aposentadorias, pensões, auxílios (doença, acidente, reclusão), salário maternidade e outros.

O sistema fecha no vermelho porque as regras são mais generosas que as de outros países. Assim, o país gasta tanto com Previdência quanto nações muito mais envelhecidas.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 20 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

	País	Idosos/população ativa (%)	Gasto cor Previdência (%)
	Grécia	28,7 	13,5 
	<b>Brasil</b>	<b>10,0</b> 	<b>10,8</b> 
	Alemanha	31,3 	10,6 
	Japão	36,0 	10,1 
	Uruguai	21,9 	8,8 
	Espanha	25,2 	8,2 
	Argentina	16,3 	7,4 
	EUA	19,4 	6,8 
	Suíça	24,8 	6,2 

\*\*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os países mais desenvolvidos do mundo

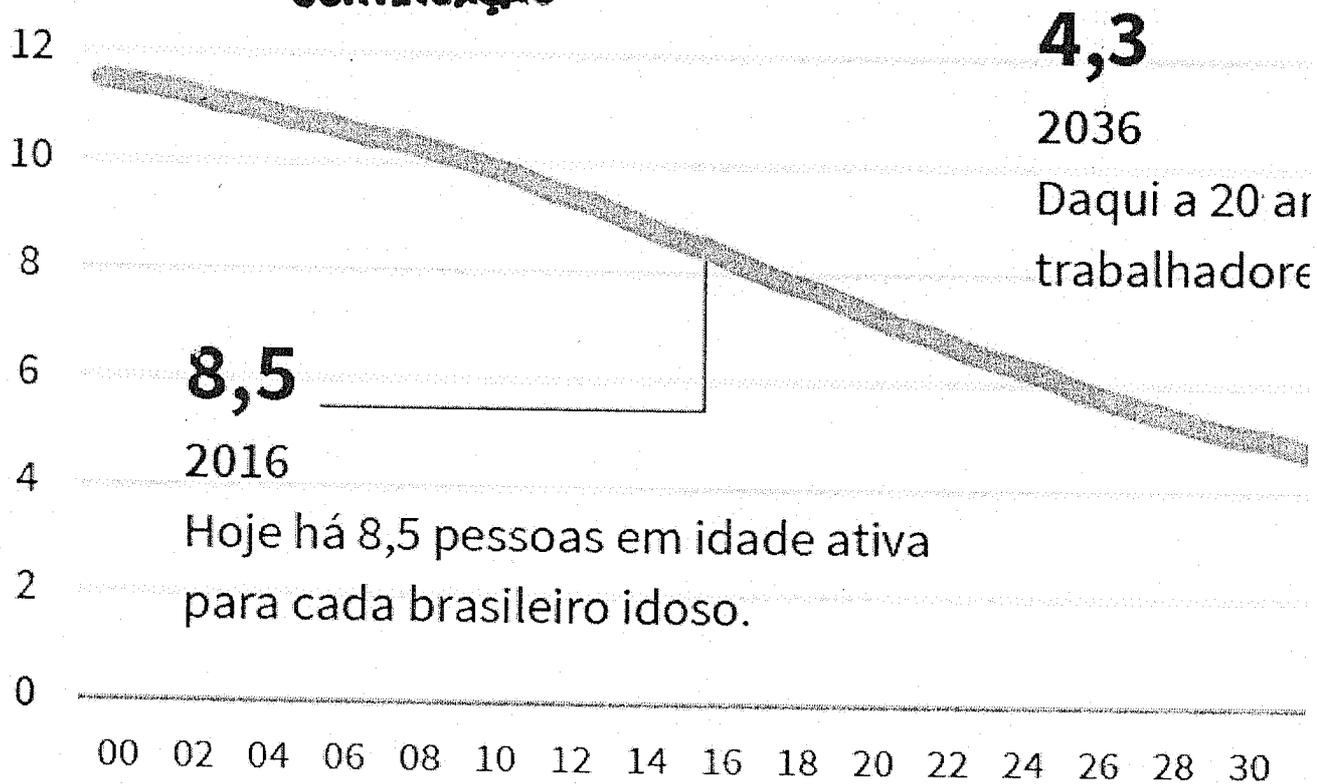
Como a população brasileira está envelhecendo, o número de idosos cresce mais rápido que o de pessoas em idade de trabalhar, aquelas que podem contribuir para o sistema previdenciário.

Número de trabalhadores ativos (15 a 64 anos) por idoso (65 anos ou mais)

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 20 OUT 2016

CONTINUAÇÃO



**8,5**

2016

Hoje há 8,5 pessoas em idade ativa  
para cada brasileiro idoso.

**4,3**

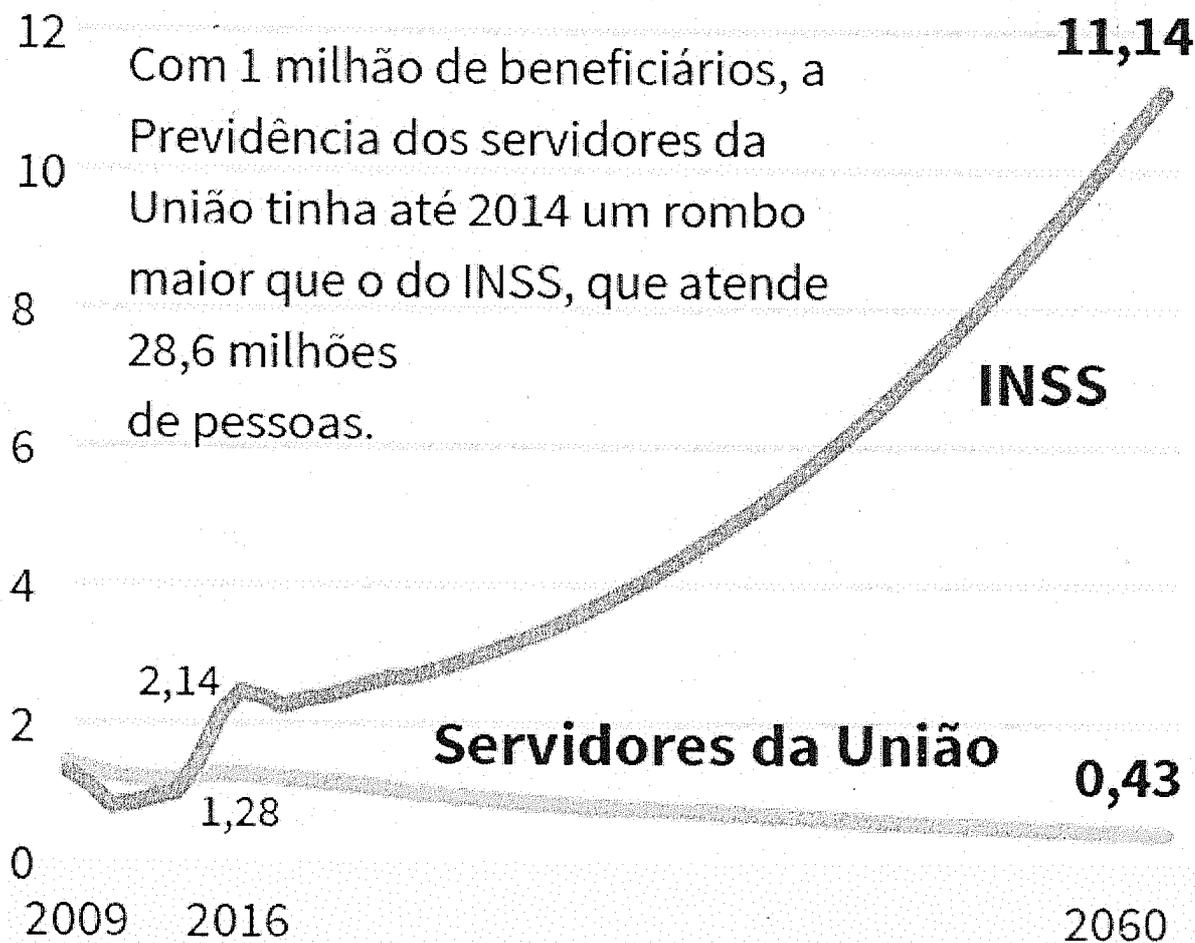
2036

Daqui a 20 an  
trabalhadore

Sem uma reforma no sistema, o rombo do INSS vai dobrar em 15 anos, absorvendo cada vez mais recursos do Orçamento que poderiam ir para saúde, educação e investimentos. O aumento desse buraco também ameaça as futuras gerações de aposentados: não se sabe como o Estado vai pagar os benefícios.

**CONTINUA**

Déficit da previdência por regime, em % do PIB



Fonte: Ministério da Previdência. Infografia: Gazeta do Povo.

20 OUT 2016

## BLOG DO ZÉ BETO

*Da coluna de **Monica Bergamo**, sobre a PEC do teto dos gastos públicos:*

A eleição da nova direção da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) dá uma ideia da resistência que poderá surgir no Judiciário. Uma das chapas defende, por exemplo, a “imediate” recomposição de perdas nos subsídios sofridas “ao longo de quase uma década”. E exige a “paridade absoluta” entre magistrados na ativa e aposentados.

Há até uma proposta de isentar magistrados do pagamento de IPI na compra de carros blindados.